



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL  
SUPERIOR – CAPES  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PNAP**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**Ilhéus – BA  
2020**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

## APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que

foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina)

em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira  
Coordenador

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVAs	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CTC-EB	Conselho Técnico Científico da Educação Básica
DED	Diretoria de Educação a Distância
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
Ipes	Instituições Públicas de Ensino Superior
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>ASPECTOS INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>13</b>
<b>4.1</b>	<b>Missão</b> .....	<b>14</b>
<b>4.2</b>	<b>Princípios e Valores</b> .....	<b>14</b>
<b>4.3</b>	<b>Outros Aspectos Institucionais</b> .....	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO IFBA - CAMPUS ILHÉUS</b> .....	<b>17</b>
<b>5.1</b>	<b>Integração e Articulação da Educação a Distância do IFBA ao Sistema Universidade Aberta do Brasil</b> .....	<b>18</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Universidade Aberta do Brasil: Objetivos</b> .....	<b>19</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Diretoria de Educação a Distância da Capes</b> .....	<b>20</b>
<b>6</b>	<b>CONCEPÇÃO DO CURSO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA</b> .....	<b>22</b>
<b>6.1</b>	<b>Objetivos</b> .....	<b>22</b>
<b>6.2</b>	<b>Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso</b> .....	<b>23</b>
<b>6.3</b>	<b>Dimensões de Formação</b> .....	<b>24</b>
<b>6.4</b>	<b>Concepção Pedagógica do Curso</b> .....	<b>24</b>
<b>6.5</b>	<b>Perfil do Egresso</b> .....	<b>26</b>
<b>7</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	<b>29</b>
<b>7.1</b>	<b>Carga Horária</b> .....	<b>29</b>
<b>7.2</b>	<b>Matriz Curricular</b> .....	<b>30</b>
<b>7.3</b>	<b>Conteúdo Programático</b> .....	<b>33</b>
<b>7.4</b>	<b>Disciplinas Eletivas</b> .....	<b>33</b>
<b>7.5</b>	<b>Temas Contemporâneos na Gestão Pública</b> .....	<b>33</b>
<b>7.6</b>	<b>Estágio Supervisionado</b> .....	<b>34</b>
<b>7.7</b>	<b>Atividades Complementares</b> .....	<b>34</b>
<b>8</b>	<b>ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA</b> .....	<b>35</b>
<b>8.1</b>	<b>Equipe Multidisciplinar</b> .....	<b>36</b>
<b>8.2</b>	<b>Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar</b> .....	<b>36</b>
<b>8.3</b>	<b>Docentes que Participam da Gestão do Curso</b> .....	<b>37</b>
<b>9</b>	<b>INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>38</b>



<b>9.1 Rede Comunicacional.....</b>	<b>38</b>
<b>9.2 Produção de Material Didático.....</b>	<b>39</b>
<b>9.3 Sistema de Tutoria.....</b>	<b>39</b>
<b>9.4 Encontros Presenciais .....</b>	<b>40</b>
<b>10 PROCESSOS AVALIATIVOS .....</b>	<b>41</b>
<b>10.1 Avaliação da Aprendizagem .....</b>	<b>41</b>
10.1.1 Concepção.....	41
10.1.2 Instrumentos Avaliativos .....	42
10.1.3 Registro de Desempenho dos Estudantes.....	44
<b>10.2 Avaliação Institucional .....</b>	<b>44</b>
<b>11 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES</b> .....	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO 1 – Fluxograma .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO 2 – Ementário .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO 3 – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO 4 – Regimento de Estágio .....</b>	<b>92</b>

## 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

<b>NOME DO CURSO:</b>	Bacharelado em Administração Pública
<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande área:</li> </ul>	Ciências Sociais Aplicadas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de conhecimento:</li> </ul>	- 6.02.00.00-6 Administração - 6.02.02.00-9 Administração Pública
<b>MODALIDADE DO CURSO:</b>	À distância.
<b>PROPONENTE:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Ilhéus. Núcleo de Educação a Distância – Polo Ilhéus.
<b>PÚBLICO-ALVO:</b>	Interessados em exercer atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.
<b>NÚMERO DE VAGAS:</b>	<b>320</b> vagas, distribuídas nos 08 Pólos de apoio presencial (Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Ibicuí, Itapicuru, Salvador e Itabuna) do Curso na Bahia, com abrangência aos municípios circunvizinhos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Modalidades de vagas:</li> </ul>	- Vagas ofertadas pela CAPES: 25 vagas nos polos Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Ibicuí, Itapicuru.  - Vagas por oferta institucional: 15 vagas nos polos Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Salvador, Itapicuru e 40 vagas nos polos Ibicuí e Itabuna.
<b>FORMAS DE INGRESSO:</b>	Processo Seletivo.
<b>INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:</b>	Duração mínima: 8 semestres. Duração máxima: 16 semestres.
<b>IMPLANTAÇÃO DO CURSO:</b>	2º semestre de 2020.

## 2 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, o Instituto Federal da Bahia – *Campus Ilhéus*, oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Normas do Ensino Superior do IFBA - RESOLUÇÃO Nº 23, DE 16 DE MAIO DE 2019.

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. Condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. Formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. Modos de integração entre teoria e prática;
- VI. Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. Modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. Incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. Concepção e composição das atividades complementares;
- XI. Inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

### 3 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais. Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina

administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea. Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Logo, é preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

#### 4 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

O IFBA surgiu na Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia em 1909, com 40 estudantes distribuídos nos cursos de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. A escola foi criada pelo Presidente Nilo Peçanha junto com outras 19 escolas espalhadas pelo país. Com a criação de dois cursos técnicos iniciais em 1942, a escola passou a denominar-se Escola Técnica de Salvador.

Em 1965, por meio da Lei no 4.759, a Escola Técnica de Salvador transformou-se em Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA). Após a promulgação da constituição de 1988 iniciou-se uma discussão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que resultou na transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação.

No final de 2008, a Lei 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (PPI, 2013).

No intuito de assegurar essa política, de acordo com o Art. 7º Lei nº 11.892/2008, os institutos devem direcionar no mínimo 50% das vagas para a educação técnica de nível médio, e no mínimo 20% para formação de professores (licenciatura), além de 30% para Bacharelado e Engenharias. Além disso, com o intuito de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que reforça a implantação dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional destinada ao trabalho (BRASIL, 2012).

Ainda com relação a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, o inciso § 2º do Artigo 40 aponta também para uma demanda formativa interna institucional, uma vez que os docentes dos Institutos Federais que possuam cursos de graduação e que não tenham curso de licenciatura possam obter formação pedagógica através de cursos, por reconhecimento dos saberes ou por certificação relacionada a experiência docente, e que pode ser equiparado às licenciaturas,

desde que atendam aos seguintes critérios:

- excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;
- excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;
- na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

#### 4.1 Missão

Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país (PPI, 2013).

#### 4.2 Princípios e Valores

- **Indissociabilidade:** Será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
- **Verticalização:** Verticalização entre os diversos níveis e modalidades de ensino; **Continuidade:** As áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;
- **Unificação:** Buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;
- **Integração:** A busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
- **Inovação:** A implementação da inovação científica, tecnológica, artística,



cultural, educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição;

- **Democracia:** A Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão;
- **Qualificação:** A Instituição buscará, de modo permanente, a qualificação e a capacitação de seu quadro de pessoal e a melhoria de sua estrutura, de seus processos organizacionais e de seus programas e ações;
- **Autonomia:** O IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
- **Respeito:** A Instituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
- **Responsabilidade:** O instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoais;
- **Inserção:** O IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
- **Difusão:** O IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;
- **Permanência:** A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
- **Inclusão:** Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;
- **Qualidade:** O IFBA buscará sempre a excelência no Ensino na Pesquisa e Extensão;
- **Equidade:** O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade;
- **Transparência:** Os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;

- **Sustentabilidade:** O IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental, de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações.
- **Trabalho:** O trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta política-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

### 4.3 Outros Aspectos Institucionais

O Instituto Federal da Bahia é uma instituição de educação que oferta cursos de Nível Médio Profissionalizante e Superiores, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e de esportes na conjugação de conhecimentos técnicos com indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão em sua prática pedagógica, multicampi e descentralizada. Em sintonia com esta finalidade e com o olhar voltado para o futuro, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresenta como visão transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica (IFBA, 2012; PDI, 2013).

Com objetivo de levar uma educação pública, gratuita e de qualidade para todas as regiões da Bahia, o IFBA possui em sua estrutura campus, núcleos avançados e campus avançados, estando hoje presente em 22 cidades baianas: Barreiras, Brumado, Camaçari, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Polo de Inovação, Porto Seguro, Reitoria, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença, Vitória da Conquista, e os núcleos avançados, sem prejuízo de outras que possam vir a ser criados no Estado da Bahia.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DO IFBA - CAMPUS ILHÉUS

O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, *Campus* ILHÉUS, iniciou suas atividades na cidade de Ilhéus no ano de 2011, ofertando cursos profissionalizantes, direcionados para alunos concluintes do ensino fundamental. Surgia então, na região, o ensino na modalidade Integrada, oferecida somente a quem já tinha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio (LDB. Art. 36 – C, I) e, na modalidade Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (LDB. Art. 36-B, III).

A implantação do Instituto, deve-se a necessidade educacional apresentada pela região que não dispunha, até aquele momento, de uma escola da rede Federal, que ofertasse cursos profissionalizantes de cunho tecnológicos. Após a implantação do IFBA, chegou também a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, ofertando cursos superiores.

O *Campus* IFBA – Ilhéus, foi implantando na BR415, entre os municípios de Itabuna e Ilhéus. Sede do Campus, Ilhéus é um município brasileiro do estado da Bahia com o mais extenso litoral entre os municípios do estado. Ilhéus foi fundada em 1536 como "Vila de São Jorge dos ilheos", e elevada à categoria de cidade em 1881. É conhecida por ambientar os romances de Jorge Amado, famoso escritor baiano, autor de Gabriela, Cravo e Canela e Terras do Sem Fim; foi considerada a capital do cacau e denominada por seus habitantes como a "Princesinha do Sul".

A economia do município de Ilhéus baseia-se na agricultura, turismo e indústrias. Já foi o primeiro produtor de cacau do mundo, mas, depois da enfermidade conhecida como vassoura-de-bruxa, que infestou as plantações, reduziu consideravelmente a sua produção.

Está entre as sete cidades mais populosas da Bahia (após Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro e Itabuna). Abriga um importante polo de informática do Estado, além de ser centro regional de serviços, junto com Itabuna. Sedia o Aeroporto Jorge Amado, que é portão de entrada para destinos muito procurados, como Itacaré, Canavieiras, Ilha de Comandatuba, Itabuna e a própria cidade de Ilhéus. O centro da cidade se localiza em uma ilha formada pelos rios Almada - que se inicia na Lagoa Encantada que apresenta belas paisagens e

elevado nível de preservação ambiental -, Cachoeira e Itacanoeira (ou Fundão) e ainda pelos canais Jacaré e Itaípe.

Neste contexto, o *campus* IFBA – Ilhéus abrange aproximadamente 20 municípios localizados na região Sul da Bahia, a saber, Itabuna, Una, Canavieiras, Serra Grande, Itacaré, Ibicaraí, Floresta Azul, Itajuípe, Coaraci, Almadina, Buerarema, Arataca, Jussari, Santa Cruz da Vitória, Camacã, Pau Brasil, Lomanto Junior, Itapé. A oferta para os municípios destas cidades de cursos técnicos de nível médio presenciais, proporcionou grande possibilidade de crescimento profissional abrindo caminhos para o ensino superior, e principalmente, habilitação para o mercado de trabalho.

Entendendo a necessidade dessas cidades e de muitas outras, o IFBA, aderiu ao projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e passa a integrar o grupo de Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o curso superior Bacharelado em Administração Pública, na modalidade Ensino a Distância. Essa oferta, contempla 6 municípios diretamente, por serem sedes de polos UAB, como também as cidades circunvizinhas, o que, atende aos objetivos do curso a distância, que é em suma promover a acessibilidade a educação de qualidade.

### **5.1 Integração e Articulação da Educação a Distância do IFBA ao Sistema Universidade Aberta do Brasil**

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – *Campus* Ilhéus, através da Coordenação Institucional do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), em conformidade com o Edital DED/CAPES nº 05/2018 – que prevê a oferta de vagas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade a distância, tornou público aos interessados, através do edital nº 01/2019, as inscrições para o preenchimento de 150 (cento e cinquenta) vagas para o Curso Superior de Bacharelado em Administração Pública, oferecido no segundo semestre de 2020.

Inicialmente, o curso de bacharelado em Administração Pública, na modalidade a distância, foi planejado para ser ofertado em 6 (seis) polos de apoio presencial, conforme edital 01/2019. Porém, acordos de cooperação técnica permitiram a inclusão de outros 2 (dois) polos locais, ampliando o quantitativo de

vagas, totalizando 320 (trezentas e vinte) vagas distribuídas em 8 (oito) polos. O Quadro 2 informa os polos presenciais e os polos contemplados via cooperação técnica com suas respectivas vagas:

Quadro 2 – Municípios-polo e número de vagas por oferta institucional e pela CAPES.

Municípios-polo		Nº de vagas ofertadas pela CAPES	Nº de vagas ofertadas pelo IFBA
1	Brumado	25	15*
2	Itapicuru	25	15*
3	Ilhéus	25	15*
4	Jequié	25	15*
5	Vitória da Conquista	25	15*
6	Salvador	25	15*
7	Ibicuí*	0	40*
8	Itabuna*	0	40*
<b>TOTAL</b>		<b>150</b>	<b>170*</b>
<b>Soma do total das vagas institucionais e da CAPES</b>		<b>320</b>	

\* Vagas institucionais ofertadas pelo IFBA.

Portanto, de acordo com o Quadro 2, o curso de Bacharelado em Administração Pública ofertará **150** vagas oriundas da CAPES, em 06 (seis) municípios (25 vagas por polo), além de **90** vagas por oferta institucional (15 vagas por polo). A inclusão de mais 02 (dois) municípios ao projeto (Ibicuí e Itabuna) incrementou mais **80** vagas por oferta institucional (40 vagas por polo), perfazendo, assim, um total de **320** vagas.

### 5.1.1 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivos primordiais:

- Ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

- Ofertar cursos para dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- Reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- Formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como: educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

### **5.1.2 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES**

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.



## **6 CONCEPÇÃO DO CURSO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA**

O curso bacharelado em Administração Pública do IFBA visa contribuir com a formação de profissionais comprometidos com a gestão pública e, portanto, com o desenvolvimento econômico, social, ambiental, político, e cultural da sociedade. Outrossim, o curso em questão atuará na promoção de educação pública de qualidade e acessível para estudantes fora dos grandes centros universitários.

### **6.1 Objetivos**

#### **6.1.1 Objetivo Geral**

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

#### **6.1.2 Objetivos Específicos**

- Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- Propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;



- Preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- Formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- Despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

## **6.2 Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso**

A proposta metodológica adotada no curso bacharelado em Administração Pública considera as seguintes diretrizes:

I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;

III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;

IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;

V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar uma formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos: técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe: ético-humanístico e político-social, requeridos na formação do cidadão e do gestor público.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

I. o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res pública* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II. a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;

III. a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

### **6.3 Dimensões de Formação**

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

I. Epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública;

II. Profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

### **6.4 Concepção Pedagógica do Curso**

A concepção do curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada

para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços;
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

## 6.5 Perfil do Egresso

O curso de Administração Pública do IFBA está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela (IFBA) deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Neste contexto, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;

VIII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

#### **O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:**

I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre governo e sociedade civil;

III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;

IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica

e social;

VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;

VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e

XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

## 7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

### **Os conteúdos de formação básica contemplam:**

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;
- IV. diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

### **Os conteúdos de formação profissional contemplam:**

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

### **Os conteúdos de formação complementar contemplam:**

- I. estudos de caráter transversal e interdisciplinar por meio das disciplinas “Temas Contemporâneos na Gestão Pública” e das atividades complementares.

### **7.1 Carga Horária**

A carga horária total do curso contempla **3.120** horas.

## 7.2 Matriz Curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;

II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;

IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio de cada Ipes.

As distribuições dos créditos, da carga horária (C/H) e das porcentagens (%) para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública estão representadas no Quadro 3:



Quadro 3 – Distribuição dos créditos, carga horária (C/H) e porcentagem (%) das disciplinas do curso.

Conteúdos		Créditos	C/H	%
Disciplinas obrigatórias	Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	22,1
	Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	56,7
	Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	2,9
	TCC	8	120	3,8
	Estágio Supervisionado	12	180	5,8
	<b>Σ* dos créditos, C/H e % das disciplinas obrigatórias</b>	<b>190</b>	<b>2850</b>	<b>91,3</b>
Demais disciplinas	Disciplinas eletivas	4	60	2,0
	Disciplinas optativas	6	90	2,9
	Atividades Complementares	8	120	3,8
	<b>Σ dos créditos, C/H e % das demais disciplinas</b>	<b>18</b>	<b>270</b>	<b>8,7</b>
<b>Σ do total de créditos, C/H e % do curso</b>		<b>208</b>	<b>3.120</b>	<b>100</b>

\* Σ: somatório.

Assim, o curso de Bacharelado em Administração Pública do IFBA necessita do cumprimento mínimo de 208 créditos, compreendendo uma carga horária mínima de 3120 horas; destes, 91,3 % (2850 horas) serão cumpridos com disciplinas obrigatórias e 8,7 % (270 horas) com as demais disciplinas. O Quadro 4 expõe as disciplinas que integram a matriz curricular do curso, com seus respectivos créditos (CR), carga horária (C.H.), conteúdo e natureza:

Quadro 4 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública.

EF	Disciplina	CR	C.H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP <sup>1</sup>	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pública	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pública	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pública	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pública	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB <sup>2</sup>	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pública	Obrigatória

8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pública	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pública	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pública	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Pública	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pública	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pública	Obrigatória
18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pública	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I	2	30	FP	Geral	Optativa
22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pública	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pública	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Pública	Obrigatória
25	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pública	Obrigatória
26	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
27	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pública	Obrigatória
28	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pública	Obrigatória
29	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Introdução à EaD	2	30	FC <sup>3</sup>	Geral	Obrigatória
31	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pública	Obrigatória
33	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30	FB	Geral	Optativa
34	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Marketing e Sociedade	2	30	FB	Geral	Optativa
36	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
37	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
38	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
39	Métodos e técnicas de estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
40	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Orçamento Público	4	60	FP	Pública	Obrigatória
42	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pública	Obrigatória

44	Políticas Públicas	4	60	FP	Pública	Obrigatória
45	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Redação Oficial	2	30	FB	Geral	Optativa
47	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pública	Obrigatória
48	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pública	Obrigatória
49	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
50	Tópicos especiais de gestão municipal	2	30	FP	Pública	Optativa
51	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pública	Obrigatória
52	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória
53	Eletivas da Ipes I	2	30	-	-	Obrigatória
54	Eletivas da Ipes II	2	30	-	-	Obrigatória
55	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	2	30	FC	Pública	Obrigatória
56	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	2	30	FC	Pública	Obrigatória
57	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	2	30	FC	Pública	Obrigatória
58	TCC I	4	60	-	-	-
59	TCC II	4	60	-	-	-

<sup>1</sup> FP: Formação Profissional; <sup>2</sup> FB: Formação Básica; <sup>3</sup> FC: Formação Complementar.

### 7.3 Conteúdo Programático

O ementário das disciplinas está exposto no Anexo 2.

### 7.4 Disciplinas Eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI; os conteúdos devem remeter à temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que já são ofertadas pelo IFBA (ANEXO 2).

### 7.5 Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da administração pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública; as ementas serão definidas por cada Ipes, no intuito que questões

emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública possam ser abordadas.

## **7.6 Estágio Supervisionado**

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública do IFBA, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7.

## **7.7 Atividades Complementares**

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a aproximadamente 4% da carga horária total do curso, e serão regulamentadas pelo IFBA. A oferta das atividades será de livre escolha de cada Ipes, mediante regulamento próprio. Poderão ser ofertadas, entre outras atividades:

- Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública; devem ser aplicadas de forma presencial, após o término de cada módulo ou concentradas em módulos específicos;
- Palestras cujos temas permeiam a gestão pública;
- Visitas Técnicas.

## 8 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da Educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de proatividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A Educação a Distância, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela instituição numa perspectiva sistêmica ecolaborativa.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **Estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **Professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs));

- **Professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **Professores pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **Tutores:** bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”;
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

### 8.1 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) utilizadas no curso.

### 8.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme a necessidade do curso e programação do IFBA. O processo envolve:

- I. Produção dos Materiais;
- II. Formação de Tutores;
- III. Formação em Gestão de Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração;

IV. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

### **8.3 Docentes que Participam da Gestão do Curso**

Disposto no Anexo 3.

## **9 INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA**

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face na maior parte do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica, o que inclui:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- os processos de orientação e avaliação próprios;
- o monitoramento do percurso do estudante;
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.

### **9.1 Rede Comunicacional**

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na Ipes, assegurando:

- Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Criação e otimização de ferramentas digitais simples, eficazes e auxiliaadoras nos processos de comunicação;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos no IFBA e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e o



IFBA.

## **9.2 Produção de Material Didático**

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada Ipe.

## **9.3 Sistema de Tutoria**

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação; assim, é competência da tutoria identificar e acompanhar: o nível cognitivo o qual o educando

se encontra, as dificuldades apresentadas, as atitudes de questionamento reconstrutivo, a reprodução do conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, a reconstrução de conhecimentos significativos, a capacidade de relacionar teoria-prática, a consulta da bibliografia de apoio, o cumprimento das tarefas e exercícios propostos, os processos e as ferramentas de aprendizagem utilizadas, os registros dos momentos de busca às orientações, as relações discentes interpessoais do âmbito da aprendizagem e a participação em organizações ligadas à sua formação profissional ou à movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Instituição de Ensino Superior, nesse caso, o IFBA, antes do início do curso e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados: ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaulas; telefone; redes sociais; aplicativos de troca de mensagens instantâneas; *e-mail*.

#### **9.4 Encontros Presenciais**

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso, com obrigatoriedade de no mínimo um encontro presencial por disciplina. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se: avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

## **10 PROCESSOS AVALIATIVOS**

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular, a avaliação da aprendizagem, a avaliação do material didático, a avaliação da orientação, a avaliação do sistema comunicacional da EaD, além da avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

### **10.1 Avaliação da Aprendizagem**

#### 10.1.1 Concepção

Para compreensão das dimensões avaliativas na Educação a Distância, faz-se necessário entender a avaliação como importante ação para apreciação da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo a replanejar o trabalho promovendo as correções necessárias visando a transformação da realidade avaliada.

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem. Segundo, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor, assim este modelo exige em seu princípio um perfil de estudante com maior disciplina e organização em relação aos seus estudos. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

buscar interação permanente e constante com os colegas, os professores formadores e os orientadores; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e, desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Outro aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências; é importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar não somente o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas mediante sua prática e sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Ao organizar o material didático do curso de Bacharelado em Administração Pública, o autor objetiva conduzir o estudante à processos críticos de aprendizagem perante a sua visão de mundo, questionando os princípios primordiais e subjacentes dos saberes. Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e, a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Dessa maneira, o processo de avaliação ao longo do curso deverá observar as normas da Organização Acadêmica e do Regulamento da Graduação do IFBA, que asseguram as diretrizes e os princípios básicos orientadores do curso.

#### 10.1.2 Instrumentos Avaliativos

O modelo de avaliação do projeto busca desenvolver ações que propiciem um processo avaliativo que contemple a necessidade de fornecer condições para que todos possam acompanhar o andamento do curso. A avaliação é processual, assim o estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca

examinadora.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

No processo avaliativo, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos:

- da produção escrita do estudante, do seu método de estudo, da sua participação nos encontros presenciais, nos fóruns e nos bate-papos;
- do acompanhamento e compreensão do conteúdo proposto em cada uma das disciplinas;
- da capacidade de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas;
- da realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

Além da frequência, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) também se configura como mais um instrumento avaliativo. Está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto; na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

O TCC constitui atividade curricular obrigatória para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, correspondendo a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelo graduando, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Os discentes deverão apresentar o TCC a uma banca de avaliadores, no formato de: monografia; artigo científico; relatório técnico ou de pesquisa; ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional. O TCC deverá estar normatizado e formatado de acordo com parâmetros definidos pela coordenação do curso. Para tanto, o aluno terá momentos de orientação e

tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

A produção será acompanhada por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador;
- elaboração da produção do TCC pelo estudante;
- avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

A banca examinadora será composta pelo professor orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado para compor a banca um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo, com no mínimo o título de especialista.

### 10.1.3 Registro de Desempenho dos Estudantes

O processo de avaliação, de maneira geral, será realizado ao longo do desenvolvimento das disciplinas, sendo que cada professor poderá utilizar instrumento específico, seminários, estudos de caso, artigos, provas ou atividades. O desempenho do aluno, em cada disciplina, será expresso em notas de 0 (zero) a 10 (dez).

Será obrigatória a frequência do graduando em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina. Desta forma, será considerado reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado. A frequência do estudante será registrada no Sistema Acadêmico.

Ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) será atribuída uma pontuação entre 0 (zero) e 10 (dez), considerado o estudante será aprovado com, no mínimo, 7 (sete) pontos. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação.

## 10.2 Avaliação Institucional

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para

garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso;
- eficácia do programa.

Os resultados de todos os processos avaliativos deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

## 11 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, faz-se necessário e importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de **comunicação sincrônica** serão: telefone; chat; e, web conferência. Como processos de **comunicação diacrônicos**, serão utilizados: fóruns; e-mails; aplicativos de mensagens; e, novas tecnologias que propicie e facilite a interação. Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de quais critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, entre outras informações que se fizerem necessárias ao processo.

Dessa maneira, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 12 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 12 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 16 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 03 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL\\_N1\\_PNAP\\_DED\\_CAPES\\_2009.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf). Acesso em: 04 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Projeto de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Bahia: IFBA, 2014. Disponível em: <https://www.portal.ifba.edu.br/menu-de...de.../pdidocumentobase%202014a2018>. Acesso em: 14 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Institucional**. Bahia: IFBA, 2013. Disponível em: <https://www.portal.ifba.edu.br/portal-do-servidor/arquivos-pdf/.../ppidoifbadefinitivo.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

## ANEXO 1 – FLUXOGRAMA

<b>1º MÓDULO</b>	<b>2º MÓDULO</b>	<b>3º MÓDULO</b>	<b>4º MÓDULO</b>	<b>5º MÓDULO</b>	<b>6º MÓDULO</b>	<b>7º MÓDULO</b>	<b>8º MÓDULO</b>
<b>360 h/a</b>	<b>390 h/a</b>	<b>390 h/a</b>	<b>360 h/a</b>	<b>390 h/a</b>	<b>390 h/a</b>	<b>390 h/a</b>	<b>330 h/a</b>
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva I	Eletiva II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC I	TCC II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	

## ANEXO 2 – EMENTÁRIO

## MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CHAUI, Marilena. <b>Iniciação à Filosofia</b>. São Paulo: Editora Ática, 2017.</p> <p>MARCONDES, Danilo. <b>Textos básicos de Filosofia</b>: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SERRANO, Pablo Jimenez. <b>Ética e Administração Pública</b>. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>APEL, Karl-Otto. <b>Estudos de moral moderna</b>. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.</p> <p>HADOT, Pierre. <b>O que é a filosofia antiga?</b> 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.</p> <p>MARCONDES, Danilo. <b>Textos básicos de Ética</b>: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>VASQUEZ, Adolfo Sanchez. <b>Ética</b>. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p> <p>WEBER, Max. <b>A ética protestante e o espírito do capitalismo</b>. São Paulo: Martin Claret, 2001.</p>		

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. **Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1 ed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia: História de uma ideia revolucionária**. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar**. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. <b>Introdução à economia</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2015.</p> <p>MANKIW, Nicholas Gregory. <b>Introdução à economia</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). <b>Manual de Economia</b>. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BERNABE, Tierno. <b>As melhores técnicas de estudo</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>ISKANDAR, Jamil Ibrahim. <b>Normas da ABNT</b>: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Redação Científica</b>: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). <b>A bússola do escrever</b>: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. <b>Introdução às técnicas do trabalho intelectual</b>. Araraquara: UNESP, 1989.</p> <p>ELSON, Adalberto Teixeira. <b>Leitura dinâmica e memorização</b>. São Paulo: Cultura, 2008.</p> <p>GARCIA, Othon. <b>Comunicação em prosa moderna</b>: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.</p> <p>KLEIMAN, Angela. <b>Texto e leitor</b>: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.</p>		

CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Democracia, Mercado e Estado**. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). <b>Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho</b>. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>CHANLAT, Jean-François. <b>O indivíduo na organização: dimensões esquecidas</b>. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). <b>Psicologia, organizações e trabalho no Brasil</b>. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>		

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BERGAMINI, Cecília W. <b>Liderança</b>: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>_____; CODA, Roberto. <b>Psicodinâmica da Vida Organizacional</b>. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>DEJOURS, Christophe. <b>A Loucura do trabalho</b>: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. <b>Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho</b>. São Paulo: Campus, 2009.</p> <p>SCHEIN, Edgard H. <b>Psicologia organizacional</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.</p>

CIÊNCIA POLÍTICA	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). <b>Sistema político brasileiro</b>: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.</p> <p>BOBBIO, Noberto. <b>Estado, governo, sociedade</b>: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). <b>Administração pública</b>: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>NICOLAU, Jairo. <b>Representantes de quem?</b> Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.</p> <p>RIBEIRO, João Ubaldo. <b>Política</b>: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.</p> <p>SANTOS, Reginaldo Souza. <b>Administração política como campo do conhecimento</b>. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>TAYLOR, Esteven L. <b>Política</b>: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.</p> <p>WEBER, Max. <b>Economia e Sociedade</b>: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p>		

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	30 horas	2 créditos
-----------------------------------	----------	------------

<b>EMENTA</b>
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CORRÊA, Denise Mesquita. <b>Introdução à educação a distância e AVEA</b> . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. <b>Introdução à educação a distância</b> . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. <b>Introdução à educação a distância</b> . Fortaleza: RDS, 2010.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. <b>Educação a Distância: o estado da arte</b> . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. <b>Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem</b> . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. <b>Educação a distância: pontos e contrapontos</b> . São Paulo: Summus, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. <b>Educação e tecnologias da informação e comunicação</b> . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. <b>Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem</b> . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

## MÓDULO 2

<b>INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		



<p>Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. <b>Manual de Direito Administrativo</b>. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.</p> <p>DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). <b>Instituições de Direito Público e Privado</b>. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. <b>Instituições de Direito Público e Privado</b>. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BONAVIDES, Paulo. <b>Teoria Geral do Estado</b>. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito Administrativo</b>. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <b>Curso de Direito Administrativo</b>. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.</p> <p>MORAES, Alexandre de. <b>Direito Constitucional</b>. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>SILVA, José Afonso da. <b>Curso de Direito Constitucional Positivo</b>. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.</p>		
<b>CONTABILIDADE GERAL</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apuração do Resultado do Exercício.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

\_\_\_\_\_; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz;

CEI, Nena G. **Contabilidade introdutória**. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

MACROECONOMIA	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BLANCHARD, Olivier. <b>Macroeconomia</b> . 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.		
KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. <b>Macroeconomia</b> . 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.		
MANKIW, N. Gregory. <b>Macroeconomia</b> . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

<b>MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. <b>Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade</b>. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. <b>Matemática básica para decisões administrativas</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>TAN, S. T. <b>Matemática aplicada à administração e economia</b>. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. <b>Mathematics For Business: Fourth Edition</b>. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.</p> <p>CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. <b>Business Mathematics</b>. 13. ed. Pearson, 2014.</p> <p>GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. <b>Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade</b>. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>TAN, S. T. <b>Matemática aplicada à administração e economia</b>. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.</p>		

<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. *In*: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. **Documento aprobado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>. Acesso em: XX xxx. XXXX.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública**: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. *In*: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. **Manual de Psicossociologia das Organizações**. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. **Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos**. São Paulo: Cengage, 2018.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. **Repensando as organizações: da formação à participação**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologias das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

<b>TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
A definir pela Ipes		

### MÓDULO 3

<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e *ninguendade*. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BRUNI, Adriano Leal. <b>Estatística aplicada à gestão empresarial</b> . São Paulo: Atlas, 2013.		
BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. <b>Estatística Básica</b> . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. <b>Estatística para Ciências Humanas</b> . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.		

<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
<p>BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. <b>Introdução à Estatística</b>: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. <b>Estatística Teoria e Aplicações</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LOESCH, Claudio. <b>Probabilidade e Estatística</b>. São Paulo: LTC, 2013.</p> <p>MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. <b>A estatística básica e a sua prática</b>. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014</p> <p>TRIOLA, Mario. F. <b>Introdução à Estatística</b>. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p>

<b>CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. <b>Gestão de Finanças Públicas</b>. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.</p> <p>BEZERRA FILHO, João Eudes. <b>Contabilidade Aplicada ao Setor Público</b>: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique. <b>Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público</b>. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA>

%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo os Resultados Fiscais**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

### TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

60 horas

4 créditos

### EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.



<b>MATEMÁTICA FINANCEIRA</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ASSAF NETO, Alexandre. <b>Matemática Financeira e suas aplicações</b>. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). <b>Introdução a Matemática Financeira</b>. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. <b>Matemática financeira: objetiva e aplicada</b>. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. <b>Matemática Financeira: com HP 12C e Excel</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>FERREIRA, Roberto G. <b>Matemática Financeira Aplicada</b>. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>TOSI, Armando José. <b>Matemática financeira: com utilização da HP-12C</b>. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>VERAS, Lilia Ladeira. <b>Matemática financeira</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. <b>Matemática financeira</b>. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>		

<b>GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
A definir pela Ipes		

#### MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico- Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

#### PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

60 horas

4 créditos

#### EMENTA

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dialogosdesenvol04.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf). Acesso em: 07 dez. 2019.

<p>GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). <b>Planejamento e Orçamento governamental</b>. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213">http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213</a>. Acesso em: 07 dez. 2019.</p> <p>LAFER, Betty Mindlin. <b>Planejamento no Brasil</b>. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.</p>
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
<p>BANCO MUNDIAL. <b>Monitorização e avaliação</b>: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. <b>Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão</b>. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.</p> <p>BUARQUE, Sérgio C. <b>Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável</b>. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.</p> <p>KON, Anita. <b>Planejamento no Brasil II</b>. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. <i>In</i>: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. <b>Documento aprobado</b>. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <a href="http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf">http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf</a>. Acesso em: 17 dez. 2019.</p>

<b>METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>60 h</b>	<b>4 cr</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica</b>. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. <b>Pesquisa social</b>: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. <b>Métodos de Pesquisa em Administração</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	60 HORAS	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. <b>Manual de Organização, Sistemas e Métodos</b>. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>CRUZ, Tadeu. <b>Sistemas, Métodos e Processos</b>: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Sistemas, Organização e Métodos</b>: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ARAÚJO, Luis César G. de. <b>Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional</b>. v. 1. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>_____. <b>Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional</b>. v. 2. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. <b>Organização, sistemas e métodos</b>. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. <b>Faces da decisão</b>: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. <b>Tomada de decisão gerencial</b>: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.</p>		

<b>DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
CASSARRO, Antonio Carlos. <b>Sistemas de Informação para tomada de decisões</b> . São Paulo: Pioneira, 2011.		
LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. <b>Sistemas de informação gerenciais</b> . São Paulo: Editora Person, 2014.		
SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. <b>Sistemas de Informação na Administração Pública</b> . Rio de Janeiro: Revan, 2005.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
MELO, Ivo Soares. <b>Administração de sistemas de informação</b> . São Paulo: Pioneira, 2006.		
O'BRIEN, James A. <b>Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet</b> . São Paulo: Saraiva, 2011.		
ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. <b>Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento</b> . São Paulo: Cengage, 2012.		
STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. <b>Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial</b> . São Paulo: LTC, 2016		
STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. <b>Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva</b> . São Paulo: Saraiva, 2005.		

<b>TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
A definir pela Ipes		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
A definir pela Ipes		

## MÓDULO 5

<b>ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. <b>Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico</b>. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>MOORE, Mark H. <b>Criando Valor Público: gestão estratégica no governo</b>. Rio de Janeiro: Letras &amp; Expressões; Brasília: ENAP, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas</b>. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). <b>Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica</b>. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. <b>Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). <b>Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva</b>. Rio de Janeiro: Campus, 1998.</p> <p>THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. <b>Administração estratégica</b>. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.</p> <p>WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. <b>Administração Estratégica: Conceitos</b>. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		

<b>GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.</p>		

<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
<p>LIMA, Paulo Daniel Barreto. <b>A excelência em Gestão Pública</b>. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.</p> <p>LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. <b>Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos</b>. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). <b>Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público</b>. Brasília: ENAP, 2010.</p>
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
<p>ARAÚJO, Luís Cesar G. de. <b>Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional</b>. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. <b>Administração de recursos humanos</b>. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.</p> <p>DEMO, Gisela. <b>Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional</b>. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SENGE, Peter M. <b>A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem</b>. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>ZARIFIAN, Philippe. <b>Objetivo competência: por uma nova lógica</b>. São Paulo: Atlas, 2001.</p>

<b>ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS</b>	<b>60 h</b>	<b>4 cr</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>FENILI, Renato Ribeiro. <b>Gestão de materiais</b>. Brasília: ENAP, 2015.</p> <p>FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. <b>Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação</b>. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>GONÇALVES, Paulo Sérgio. <b>Administração de materiais</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		



DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

ECONOMIA BRASILEIRA	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). <b>Economia brasileira contemporânea</b>. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. <b>Economia brasileira contemporânea</b>. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). <b>Economia brasileira</b>. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ABREU, Marcelo de Paiva (org.). <b>A ordem do progresso</b>: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>BACHA, Carlos José Caetano. <b>Entendendo a economia brasileira</b>. São Paulo: Alínea, 2007.</p> <p>FURTADO, Celso. <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Saraiva. 2011.</p> <p>WERNER, Baer. <b>A economia brasileira</b>. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.</p>		

<b>GOVERNO ELETRÔNICO</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). <b>Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil</b>. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: <a href="https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf">https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf</a>. Acesso em: 03 mar. 2018.</p> <p>GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. <b>Governar em rede: o novo formato do setor público</b>. Brasília: ENAP, 2006.</p> <p>PINHO, José Antonio Gomes de (org.). <b>Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas</b>. Salvador: UFBA, 2012.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>CGI.br. <b>Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013</b>. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <a href="http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf">http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf</a>. Acesso em: 20 mai. 2019.</p> <p>FOUNTAIN, Jane E. <b>Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional</b>. Brasília: ENAP, 2005.</p> <p>GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. <b>Cadernos EBAPE.BR</b>, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-39512005000400004&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-39512005000400004&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>. Acesso em: 20 mai. 2019.</p> <p>KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. <b>e- Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil</b>. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.</p> <p>VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. <i>In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã</i>. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.</p>		

<b>GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.</p>		

### REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BARBIERI, Luiz Fernando S. **Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: UFF, 2009.
- BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ANGELONI, Maria Terezinha (org.). **Gestão do Conhecimento no Brasil**: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.
- GATTONI, Roberto Luís Capuruço. **Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.
- PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

## MÓDULO 6

GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. <i>Softwares</i> para o gerenciamento de projetos.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>CLEMENTE, Ademir (org.). <b>Projetos empresariais e públicos</b>. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. <b>Projetos sociais</b>: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. <b>Gestão de projetos</b>: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). <b>Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros</b>. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. <b>Gestão de projetos</b>. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p> <p>GENARI, Breno. <b>Introdução ao PERT básico</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: <a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf</a>. Acesso em: 19 jun. 2019.</p> <p>PRADO, Darci. <b>Planejamento e Controle de Projetos</b>. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.</p> <p>THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. <b>Gestão de Programas e Projetos Públicos</b>. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.</p>

ORÇAMENTO PÚBLICO	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. <b>Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal</b>. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.</p> <p>GIACOMONI, James. <b>Orçamento público</b>. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>_____; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). <b>Planejamento e Orçamento governamental</b>. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213">http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213</a>. Acesso em: 23 jun. 2019.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. <i>In</i>: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA RÉFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. <b>Anais</b> [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <a href="http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf">http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf</a>. Acesso em: 24 jun. 2019.</p> <p>FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. <b>Bahia Análise e Dados</b>, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.</p> <p>GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental.</p>		

**Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). <b>Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática</b>. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.</p> <p>SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). <b>Políticas Públicas</b>. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.</p> <p>WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. <b>Guia de políticas públicas: gerenciando processos</b>. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf">http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf</a>. Acesso em: 18 jun. 2019.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). <b>Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise</b>. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). <b>Políticas públicas no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.</p> <p>HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. <b>Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). <b>Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo</b>. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. <b>Revista Sociologias</b>, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.</p>		

<b>LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>JUSTEN FILHO, Marçal. <b>Comentários à lei de licitações e contratos administrativos</b>. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.</p> <p>MOTTA, Carlos Pinto Coelho. <b>Eficácia nas licitações e contratos</b>. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.</p> <p>TOLOSA FILHO, Benedito de. <b>Licitações, Contratos e Convênios</b>. Curitiba: Juruá, 2016.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito administrativo</b>. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. <b>Vade-Mécum de Licitações e Contratos</b>. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>GASPARINI, Diógenes. <b>Direito administrativo</b>. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. <b>Curso de direito administrativo</b>. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <b>Curso de direito administrativo</b>. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.</p>		

<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012. e- book.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

**ELETIVA DA IPES I**

**30 horas**

**2 créditos**

**EMENTA**

A definir pela Ipes
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
A definir pela Ipes
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
A definir pela Ipes

## MÓDULO 7

<b>AUDITORIA E CONTROLADORIA</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. <b>Auditoria</b>: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>CASTRO, Domingos Poubel de. <b>Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. <b>Auditoria governamental</b>: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ARAÚJO, Inaldo. <b>Auditoria Governamental</b>: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. <b>Auditoria governamental</b>. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <a href="https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D">https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D</a>. Acesso em: 18 mai. 2019.</p> <p>CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. <b>Controle interno nos municípios</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. <b>Manual de auditoria governamental</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>SILVA, Moacir Marques da. <b>Curso de auditoria governamental</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		



<b>REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
ARAGÃO, Alexandre Santos de. <b>Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.		
COUTINHO, Diogo R. <b>Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos</b> . São Paulo: Saraiva, 2014.		
GUERRA, Sérgio. <b>Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede</b> . Belo Horizonte: Fórum, 2012.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
ARAGÃO, Alexandre Santos de. <b>A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei</b> . Porto Alegre: ABAR, 2004.		
_____. <b>Direito dos serviços públicos</b> . Rio de Janeiro: Forense, 2013.		
CAMARGO, Ricardo A. L. <b>Agências de regulação no ordenamento jurídico- econômico brasileiro</b> . Porto Alegre: Fabris, 2000.		
CARDOSO, Henrique Ribeiro. <b>O Poder Normativo das Agências Reguladoras</b> . Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.		
PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. <b>Direito, Economia e mercados</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		

<b>NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM</b>	<b>60 horas</b>	<b>4 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e <i>feedback</i> . Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. **Novos temas de arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. **Medição e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem: mediação, conciliação**, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação: as oito competências vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. **Negociação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

#### INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas

4 créditos

#### EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31178](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178). Acesso em: 15 mai. 2019.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

<b>GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. <b>Gestão da Qualidade na Administração Pública</b>. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. <b>Administração de serviços</b>. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. <b>Excelência em gestão pública</b>. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. <b>Gestão de serviços</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>JURAN, Joseph M. <b>A qualidade desde o projeto</b>: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. <b>Gestão da qualidade</b>. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. <b>Administração Pública</b>: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>VELOSO, Luiz Paulo. <b>QualiCidades</b>: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.</p>		

<b>ELETIVA DA IPES I</b>	<b>30 horas</b>	<b>2 créditos</b>
--------------------------	-----------------	-------------------

EMENTA
A definir pela Ipes
REFERÊNCIAS BÁSICAS
A definir pela Ipes
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
A definir pela Ipes

## MÓDULO 8

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR	30 horas	2 créditos
EMENTA		
Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CABRAL, Eloisa Helena de. <b>Terceiro setor: gestão e controle social</b>. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>LACRUZ, Adonai José. <b>Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. <b>Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. <b>Terceiro setor: História e gestão de organizações</b>. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>DRUCKER, Peter F. <b>Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas</b>. São Paulo: Pioneira, 1994.</p> <p>QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). <b>Um sensível olhar sobre terceiro setor</b>. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>SINGER, Paul. <b>Introdução à economia solidária</b>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.</p> <p>ZARPELON, Márcio Ivanor. <b>Gestão e responsabilidade social</b>. São Paulo: Qualitymark, 2011.</p>		

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). <b>Sustentabilidade na Administração Pública</b>: valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.</p> <p>DIAS, Reinaldo. <b>Gestão Ambiental</b>: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. <b>Gestão ambiental nas organizações</b>: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>BARBIERI, José Carlos. <b>Gestão Ambiental Empresarial</b>: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. <b>Gestão ambiental empresarial</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.</p> <p>DIAS, Reinaldo. <b>Sustentabilidade</b>: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015.</p> <p>FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. <b>Gestão Ambiental</b>: Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.</p> <p>PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. <b>Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental</b>. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.</p>		

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA	30 h	2 CRT
<b>EMENTA</b>		

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. **Governanças de redes: economia, política e sociedade**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. **Práticas de gestão de redes de cooperação**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>GERBER, Michael E. <b>Empreender Fazendo a Diferença</b>. São Paulo: Fundamento, 2004.</p> <p>MAZZUCATO, Mariana. <b>O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado</b>. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. <b>Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

BANDEIRA, Cynthia. **Aprender a Empreender**. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HERMANN, Ingo Louis. **Empreendedorismo e Estratégia**. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLOMONCA, Davi. **Gestão por Resultados na Administração Pública**. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	60 horas	4 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>RICÚPERO, Rubens. <b>A diplomacia na construção do Brasil</b>: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.</p> <p>RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. <b>O que são relações internacionais</b>. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. <b>Manual das organizações internacionais</b>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC\\_05\\_05\\_V\\_7.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf). Acesso em: 18 mai. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

## DISCIPLINAS OPTATIVAS

REDAÇÃO OFICIAL (disciplina optativa 1A)	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. <b>Manual de Redação</b> . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.		
_____. Presidência da República. <b>Manual de redação da Presidência da República</b> . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.		
GOLD, Miriam. <b>Redação Empresarial</b> . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BLIKSTEIN, Izidoro. <b>Técnicas de comunicação escrita</b> . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.		
BUSUTH, Mariangela Ferreira. <b>Redação Técnica Empresarial</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.		
LEDUR, Paulo Flávio. <b>Manual de Redação oficial</b> . 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.		
MEDEIROS, João Bosco. <b>Correspondência: técnicas de comunicação criativa</b> . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. <b>Padronização e redação dos atos oficiais</b> . 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.		



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (disciplina optativa 1B)	30 h	2 cr
<b>EMENTA</b>		
<p>Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.</p>		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
<p>FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. <b>Teorias de aquisição da linguagem</b>. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.</p> <p>CESSER, Audrei. <b>LIBRAS? Que língua é essa?</b>: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</b>. Porto Alegre: ArtMed, 2007.</p>		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
<p>ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. <b>Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua</b>. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <a href="http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf">http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf</a>. Acesso em: 17 jul. 2018.</p> <p>FELIPE, Tânia A. <b>LIBRAS em contexto: curso básico</b>. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, José Carlos de. <b>Didática e Educação de surdos</b>. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: <a href="http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TI%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf">http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TI%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf</a>. Acesso em: 19 mai. 2019.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. <b>Educação de surdos: aquisição da linguagem</b>. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.</p> <p>SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). <b>Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais</b>. Goiânia: Cênone Editorial, 2007.</p>		

MARKETING E SOCIEDADE (disciplina optativa 2A)	30 horas	2 créditos
<b>EMENTA</b>		
<p>Filosofia, papel e impacto do <i>marketing</i> nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do <i>marketing</i> social. O sistema de formação e do planejamento do <i>marketing</i> social. O <i>marketing</i> de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do <i>marketing</i> social.</p>		

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>DIAS; Sérgio Roberto <i>et al.</i> <b>Gestão de Marketing</b>. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.</p> <p>FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. <b>Estratégia de marketing: Teoria e Casos</b>. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.</p> <p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. <b>Marketing 4.0: Do tradicional ao digital</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. <b>Princípios de marketing</b>. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.</p> <p>LARA, Rodrigo Diniz. <b>Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública</b>. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.</p> <p>PINTO, Djalma. <b>Marketing: política e sociedade</b>. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.</p> <p>SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. <b>Revista Eletrônica da Administração</b> (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: <a href="http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809">http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809</a>. Acesso em: 20 jul. 2019.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. <b>Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública</b>. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p>

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I (disciplina optativa 2B)	30 h	2 cr
EMENTA		
<p>Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BALLOU, Ronald H. <b>Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física</b>. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. <b>Gestão Logística da Cadeia de Suprimento</b>. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.</p> <p>CHRISTOPHER, Martin. <b>Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos</b>. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

CORRÊA, Henrique Luiz. **Gestão de Redes de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. **Logística e Operações Globais**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2015.

<b>DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – (disciplina Optativa 3A)</b>	<b>30 h</b>	<b>2 cr</b>
<b>EMENTA</b>		
Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
CARRAZZA, Roque Antônio. <b>Curso de Direito Constitucional Tributário</b> . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.		
CARVALHO, Paulo de Barros. <b>Curso de direito tributário</b> . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.		
TORRES, Ricardo Lobo. <b>Curso de Direito Financeiro e Tributário</b> . 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
AMARO, Luciano. <b>Direito Tributário Brasileiro</b> . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		
BORGES, Humberto Bonavides. <b>Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR</b> . 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.		
CASSONE, Vittorio. <b>Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática</b> . São Paulo: Atlas, 2012.		
COELHO, Sacha Calmon Navarro. <b>Curso de Direito Tributário Brasileiro</b> . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.		
MACHADO, Hugo de Brito. <b>Curso de Direito Tributário</b> . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.		

<b>TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL (disciplina Optativa 3B)</b>	<b>30 h</b>	<b>2 cr</b>
---	-------------	-------------

<b>EMENTA</b>
<p>O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.</p>
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
<p>DOWBOR, Ladislau. <b>O que é poder local</b>. Imperatriz, MA: Ética, 2016.</p> <p>GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). <b>Manual do Prefeito</b>. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.</p> <p>VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). <b>Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras</b>. Brasília: IPEA, 2011.</p>
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
<p>ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). <b>Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. <b>A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos</b>. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. <b>Guia Básico para a Gestão dos Municípios</b>. Brasília: MP, 2008.</p> <p>PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). <b>Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena</b>. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.</p> <p>VILLAÇA, Flávio. <b>Espaço Intra-urbano no Brasil</b>. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.</p>

**ANEXO 3 – CORPO DOCENTE QUE PARTICIPA DA GESTÃO DO CURSO**

<b>Função</b>	<b>Docente</b>	<b>Formação</b>	<b>Titulação</b>	<b>Dedicação</b>
Coordenação do Curso	Romeu Pereira Viana Neto	Químico	Doutor	DE
Coordenação de Estágios	Thiago Nascimento Barbosa	Físico	Doutor	DE
Docente	Ismael Azevedo da Paixão	Administração	Especialista	TAE
Docente	João Paulo Oliveira Santos	Administração	Especialista	DE
Docente	José Guilherme Duplat Alves	Administração	Mestre	TAE
Docente	Maria das Graças Bittencourt Ferreira	Administração	Mestre	DE
Docente	Fabio Antonio da Silva Reis	Administração	Especialista	TAE
Docente	Fabício Longuinhos Silva	Administração	Mestre	DE
Docente	Bruna do Carmo Rehen	Bióloga	Doutora	DE

## ANEXO 4 – REGIMENTO DE ESTÁGIO

### REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO IFBA

Este regulamento, elaborado em conformidade com a Lei nº 11.788, sancionada em 25 de setembro de 2008, dispõe sobre a sistematização do processo de estágios curriculares, obrigatórios ou não, relacionados aos cursos técnicos nas suas diversas modalidades e cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

#### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

**Art. 1º** - Este regulamento tem o objetivo de orientar a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) acerca dos procedimentos de estágio. O presente documento apresenta itens voltados ao esclarecimento de cada etapa do estágio, consoante legislação de estágio de estudantes, regulamentada pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008.

#### CAPÍTULO II DOS ESTÁGIOS CURRICULARES

**Art. 2º** - Estágios curriculares são atividades de ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante relacionado ao curso que está frequentando regularmente nos diversos *campi* do IFBA.

**Parágrafo Único:** O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

**Art. 3º** - O estágio, remunerado ou não, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

**Art. 4º** - O estágio poderá ser obrigatório, quando instituído no Projeto

Pedagógico do Curso (PPC), ou não obrigatório.

**1º** Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**2º** Estágio não-obrigatório é aquele realizado como atividade facultativa, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

**§ 3º** As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, ensino médio integrado e subsequente, cursos FIC, PROEJA e entre outros, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no PPC.

### CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES DO IFBA

**Art. 5º** - São obrigações do IFBA, em relação aos estágios de seus estudantes:

**I.** Celebrar Termo de Compromisso com os estudantes ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, a etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. A data de início do estágio deverá ser igual ou posterior à data de assinatura do Termo de Compromisso.

Indicar professor orientador de Estágio, da área a ser desenvolvida no Estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

**III.** Orientar os estudantes acerca da legislação corrente, deste regulamento e da obrigatoriedade de apresentação de relatórios de atividades realizadas no decorrer do estágio;

**IV.** Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas, por meio da Coordenação de Estágio ou equivalente no Campus;

**V.** Formular documentos de avaliação dos estágios de seus estudantes;

**VI.** Comunicar a parte concedente do estágio as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

**VII.** Apreziar constantemente o processo de estágio de seus estudantes;

**VIII.** Registrar as atividades de estágios com o propósito de arquivo e inclusão no histórico escolar do estudante, por meio da Coordenação de Estágio ou equivalente; **IX.** Informar carga horária realizada conforme previsto nos PPC, por meio da Coordenação de Estágio ou equivalente e da Gerência de Registros Acadêmicos, na conclusão do estágio.

**Art. 6º** - O IFBA deve celebrar Convênios de Concessão de Estágio, com entes públicos ou privados, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus estudantes e as condições estabelecidas neste regulamento.

**Parágrafo Único.** A celebração de Convênio de Concessão de Estágio entre o IFBA e a parte concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso, a ser firmado, obrigatoriamente, entre o IFBA, a parte concedente e o estudante.

#### CAPÍTULO IV DA PARTE CONCEDENTE

**Art. 7º** - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundação de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

**I.** Firmar Convênio de Concessão de Estágio com o IFBA;

Celebrar Termo de Compromisso com o IFBA e o estudante, zelando por seu cumprimento;

**III.** Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

**IV.** Indicar funcionário de seu quadro de pessoal como Supervisor de Estágio, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários, simultaneamente;

**V.** Contratar, em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja



apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique instituído no Termo de Compromisso;

**VI.** Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar o termo de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

**VII.** Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

**VIII.** Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

**Parágrafo Único.** No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso V do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

## CAPÍTULO V DO ESTAGIÁRIO

**Art. 8º** - O estudante regularmente matriculado no IFBA poderá realizar estágio curricular supervisionado desde que atenda aos seguintes requisitos:

I. Ter, no mínimo, 16 anos completos na data de início do seu estágio;

Ter sua matrícula regularizada na Gerência de Registros Acadêmicos, antes do início do estágio;

III. Atenda aos requisitos previstos no PPC, no caso de estágio obrigatório.

**Parágrafo Único:** O estudante que já tiver concluído todas as disciplinas do curso e necessita realizar somente o estágio deverá requerer inicialmente a matrícula junto à Gerência de Registros Acadêmicos do campus, que observará a conveniência e validade desta antes de iniciar o estágio.

**Art. 9º** - Para realização do estágio, o estudante regularmente matriculado deverá comparecer à Coordenação de Estágio ou equivalente para formalizar o seu cadastro e obter as informações sobre os procedimentos de formalização do Termo de Compromisso de Estágio e demais procedimentos.

**Art. 10** - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre o IFBA, a parte concedente e o estudante ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e

não ultrapassar:

I. Seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio, nas modalidades integrado, subsequente e PROEJA;

Oito horas diárias e 40 horas semanais, no caso de cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que esteja previsto no PPC.

**Parágrafo Único:** Durante o período de avaliações, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos a metade do que for estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

**Art. 11** - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário com necessidades educacionais especiais.

**Art. 12** - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que vier a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

**1º** A eventual concessão de benefícios relacionados ao transporte, à alimentação e à saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

**2º** Poderá o estudante se inscrever e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 13** - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares.

**1º** O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado, quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

**2º** Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a um ano.

**Art. 14** - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

## CAPÍTULO VI

## DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

**Art. 15** – A Coordenação de Estágio ou equivalente responsável pelos serviços de integração escola-empresa compete:

- I.** Identificar, divulgar e cadastrar as oportunidades de estágio;  
Cadastrar os estudantes interessados em estágio;  
Encaminhar à parte concedente os estudantes candidatos ao estágio;
- IV.** Fornecer ao estudante informações e documentações necessárias a efetivação, acompanhamento e finalização do estágio;
- V.** Propor Convênios de Concessão de Estágio, quando for o caso, e supervisionar os Termos de Compromisso para fins de estágio;
- VI.** Assessorar o estudante estagiário durante a realização e finalização do estágio;
- VII.** Dar guarda a documentação final de conclusão do estágio, quando obrigatório, por no mínimo cinco anos;
- VIII.** Encaminhar a Gerência de Registros Acadêmicos os documentos comprobatórios da conclusão do estágio, quando este for obrigatório;
- IX.** Assegurar a legalidade dos procedimentos formais de estágio;
- X.** Elaborar pesquisas quanto à oferta de vagas para estágio;
- XI.** Assegurar o recebimento dos relatórios de estágio, quando este for obrigatório, bem como os documentos relativos às avaliações de desempenho, encaminhando-os aos setores de registros acadêmicos;
- XII.** Seguir estritamente os projetos de estágio previstos nos PPC;
- XIII.** Promover palestras com os candidatos a estágio para informá-los quanto ao processo de Estágio Curricular, mediante cronograma planejado conjuntamente com as coordenações de cursos;
- XIV** – Promover reuniões com os Professores orientadores de estágio, visando à atualização de planilhas específicas da Coordenação de Estágio ou equivalente.
- XV.** Atender as empresas conveniadas quanto à divulgação das ofertas de oportunidades para estágio;
- XVI.** Divulgar o perfil do IFBA junto ao setor produtivo nas áreas de sua atuação;

**XVII.** Criar mecanismo para obter informações a respeito de demandas do setor produtivo.

**Parágrafo Único:** A coordenação de estágio ou equivalente efetivará entendimentos junto às empresas concedentes no sentido de divulgar a oferta de estágio e facilitar o encaminhamento de estudantes.

## CAPÍTULO VII DO PROFESSOR ORIENTADOR

**Art. 16** - O acompanhamento do estágio curricular supervisionado é feito pelo Professor Orientador de Estágio do IFBA por meio de:

**I.** No mínimo, três encontros entre professor orientador e estagiário durante o período de estágio;

Orientação ao estudante sobre atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com o Plano de Atividades de Estágio em consonância com o PPC;

**I.** Visitas às instituições, empresas ou escolas concedentes de estágio;

**IV.** Validação das atividades de estágio por meio dos formulários constantes do Plano de Atividades de Estágio em consonância com o PPC.

**Art. 17** - Ao Professor Orientador de Estágio compete:

**I.** Zelar pelo desenvolvimento acadêmico do estágio, orientando o estudante e divulgando este regulamento;

Elaborar, em conjunto com a parte concedente, o Plano de Atividades de Estágio, levando em consideração os objetivos estabelecidos neste regulamento e no PPC;

**III.** Acompanhar o desenvolvimento do Plano de Atividades de Estágio, assistindo aos estudantes durante o período de realização;

**IV.** Avaliar o relatório de estágio;

**V.** Assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio com as previstas no PPC;

**VI.** Sugerir eventos, palestras e visitas técnicas às coordenadorias dos cursos; **VII.** Participar de reuniões junto à Coordenação de Estágio ou equivalente;

**VIII.** Registrar e encaminhar, semestralmente, as atividades desenvolvidas

por seus orientandos durante o estágio supervisionado à Coordenação de Estágio ou equivalente;

**IX.** Comunicar, imediatamente, à coordenação de estágio quaisquer eventualidades que não estejam em conformidade com este regulamento e com a legislação vigente.

**X.** Fixar e divulgar datas e horários compatíveis com o calendário escolar e com o período do curso do qual é o orientador para assistir aos estagiários;

**Art. 18** - O Professor Orientador de Estágio será indicado pela coordenação de curso, quando for o caso, e designado pelo diretor geral do *campus* mediante portaria.

## CAPÍTULO VIII DA FORMALIZAÇÃO

**Art. 19** - O Termo de Compromisso é um instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, em que estarão acordadas todas as condições de realização do estágio entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória do IFBA.

**Parágrafo Único.** A validade do Termo de Compromisso será de, no máximo, 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período até, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, por meio de termo aditivo, exceto no caso previsto no artigo 11.

**Art. 20** - A formalização do estágio ocorre mediante celebrações do Termo de Compromisso e do Convênio de Concessão de Estágio, e deverá, impreterivelmente, ocorrer antes do início do estágio.

**Parágrafo Único.** Não será validado, para fins de cômputo de carga horária, qualquer período anterior ao de celebração de que trata o *caput*.

**Art. 21** - O Plano de Atividades de Estágio é parte integrante do Termo de Compromisso e, deverá conter, obrigatoriamente, as atividades previstas a serem desenvolvidas em consonância com os conhecimentos, competências e habilidades elencadas no PPC.

**Art. 22** - O desligamento do estagiário ocorrerá automaticamente ao término do Termo de Compromisso.

**Art. 23** - O estagiário poderá ser desligado da Concedente antes do encerramento do período previsto por interesse de qualquer uma das partes, devendo, neste caso, o solicitante formalizar às outras partes, mediante Termo de Rescisão.

**Art. 24** O IFBA celebrará Convênio de Concessão de Estágio, que é um instrumento jurídico, em que estarão explicitadas as responsabilidades do IFBA e da parte concedente, quando requerido pela parte concedente ou por Agente de Integração.

**Parágrafo Único.** A validade do Convênio de Concessão de Estágio será de, no máximo, 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado automaticamente por igual período até o limite de 60 meses, salvo expressa manifestação contrária a ser apresentada até, no máximo, 30 (trinta) dias do término previsto.

## CAPÍTULO IX DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

**Art. 25** - O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador de Estágio do IFBA e pelo Supervisor de Estágio da parte concedente, mediante avaliações das atividades, relatórios, entre outros, por período.

**Art. 26** - O acompanhamento dos períodos de estágio é de responsabilidade do IFBA e efetivar-se-á por meio de relatórios elaborados pelo estagiário, avaliado pela concedente por meio do Supervisor do Estágio e aprovado pelo Professor Orientador de Estágio.

**Art. 27** - Sendo as atividades desenvolvidas não compatíveis com o Plano de Atividades de Estágio e com o PPC, estas deverão ser ajustadas imediatamente.

1º No caso de não compatibilidade das atividades relatadas, o período não será considerado válido para o estágio.

2º Na reincidência de atividades não compatíveis, o estágio será cancelado pelo IFBA.

**Art. 28** - Um determinado período de estágio será considerado válido quando as atividades realizadas e os procedimentos de acompanhamento forem

aprovados pelo Supervisor de Estágio e pelo Professor Orientador de Estágio em documentação final de conclusão do estágio.

**Art. 29** – O estudante terá cumprido suas atividades de estágio curricular obrigatório quando a soma das cargas horárias de todos os seus períodos de estágio for igual ou superior à carga horária estabelecida para o estágio no PPC.

## CAPÍTULO X DO APROVEITAMENTO PROFISSIONAL

**Art. 30** - O estudante empregado ou com experiência anterior na iniciativa privada ou pública poderá aproveitar suas atividades profissionais para dispensar parcial ou totalmente o estágio, desde que atue ou tenha atuado na área do respectivo curso e sejam suas atividades aprovadas por docente da área, delegado pelo coordenador de curso;

§ 1º Quando a situação do estudante empregado não for contemplada no *caput*, o estágio poderá ser realizado na instituição empregadora, desde que esta possua área correlata a de seu curso e seja permitido ao estudante empregado realizar suas atividades na respectiva área correlata, porém, com a ciência e aprovação do docente da área, delegado pelo coordenador do curso;

§ 2º A habilitação do estudante caracterizando-o como empregado será constituída pelo registro em carteira profissional (CTPS) no qual conste claramente a função desempenhada relacionada ao curso ou, na ausência deste, o estudante deverá apresentar outros documentos com descrição das atividades assinados pela empresa. Em ambos os casos, levará-se em consideração a carga horária de estágio prevista no PPC.

**Art. 31** - O estudante trabalhador autônomo ou prestador de serviços poderá aproveitar suas atividades profissionais para dispensar parcial ou totalmente o estágio, desde que atue na área do respectivo curso, esteja com documentação regulamentada e sejam suas atividades aprovadas pelo docente da área, delegado pelo coordenador de curso.

**Art. 32** - Para a dispensa parcial ou total de estágio, o estudante encaminhará ao Coordenador de Curso, via protocolo, os seguintes documentos:

I. Requerimento de dispensa devido a aproveitamento profissional;

II. Documento de habilitação comprobatório da experiência profissional;

III. Formulário (anexo) contendo as seguintes informações:

- a. Identificação do estudante;
- b. Situação do estudante: função/cargo;
- c. Principais atividades desenvolvidas;
- d. Tempo de trabalho na empresa e período a ser computado para a dispensa;
- e. Declaração assinada pelo chefe imediato ou setor responsável da empresa, no caso de empregado, ou pelo próprio estudante, no caso de proprietário de empresa, autônomo, prestador de serviço ou que atuou em empresas extintas, contendo avaliação livre e direta acerca de desempenho, considerando as habilidades desenvolvidas.

**Art. 33** A dispensa do estágio somente será concedida após a avaliação do Conselho do curso.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 34** - A realização do estágio do ensino médio/superior, quando ocorrer, deverá ser concomitantemente ao período do curso e o acompanhamento será equivalente ao dos estágios curriculares, devendo sua carga horária ser registrada no histórico escolar.

**Art. 35** - Visitas técnicas, palestras, feiras, convenções e outros eventos de curta duração não serão computados como horas de estágio, salvo previsão no PPC.

**Art. 36** - O IFBA e a parte concedente poderão recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

**1º** Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- Identificar oportunidades de estágio;
- Ajustar suas condições de realização;



- Fazer o acompanhamento administrativo;
- Encaminhar negociações de seguros contra acidentes pessoais;
- Cadastrar os estudantes.

**2º** É vetada a cobrança de qualquer valor dos estudantes a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

**3º** Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso.

**Art. 37** - O não cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento pelos estudantes estagiários ou pela parte concedente resultará na não validação do estágio ou no seu cancelamento pelo IFBA.

**Art. 38** - Os casos omissos no presente regulamento serão apreciados pelo CONSEPE.